



ORDEM DOS  
REVISORES OFICIAIS  
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

NOVA DIRETIVA DE AUDITORIA

REGULAMENTO DA AUDITORIA DE ENTIDADES DE INTERESSE PÚBLICO

## PRINCIPAIS QUESTÕES

### Contexto

No âmbito das reformas que o Comissário Europeu do Mercado Interno, Michel Barnier, empreendeu tendo como pano de fundo a profunda crise em que a Europa mergulhou há meia dúzia de anos, a reforma da auditoria chegou a um ponto de não retorno com a aprovação pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, em 3 e 14 de abril, respetivamente, dos textos finais das propostas de ajustamento da Diretiva da Auditoria (também conhecida por 8ª Diretiva) e de um Regulamento aplicável a auditorias de Entidades de Interesse Público (EIP)<sup>1</sup>. Estes documentos foram publicados no Jornal Oficial da União Europeia em 27 de maio de 2014.

Tal como referido pela Comissão Europeia, os objetivos principais da reforma foram:

- Clarificar e definir melhor o papel do auditor;
- Reforçar a independência e o ceticismo profissional do auditor;
- Tornar o mercado de auditoria mais dinâmico;
- Aumentar a supervisão dos auditores;
- Facilitar a prestação de serviços de auditoria transfronteiriços; e
- Reduzir encargos desnecessários para as PME.

Para melhor enquadramento dos efeitos destes dois documentos, partilhamos aqui algumas das principais questões que se colocam à profissão e aos profissionais.

---

<sup>1</sup> As Entidades de Interesse Público estão definidas para este efeito no Decreto-Lei nº 225/2008, de 20 de novembro.



## Geral

### 1. Qual é a forma da legislação proposta? E qual a data de entrada em vigor?

Há duas formas:

- Uma Diretiva, que altera o texto da Diretiva de Auditoria (2006/43/EC), contendo um conjunto de emendas a requisitos existentes e introduzindo novos requisitos aplicáveis a qualquer auditoria efetuada na União Europeia, incluindo novos requisitos relativos aos comités de auditoria (nestes casos apenas aplicáveis a EIP).
- Um Regulamento, contendo um conjunto de requisitos adicionais aos que constam da Diretiva e que são apenas aplicáveis a auditorias de EIP.

Os objetivos e princípios previstos nos requisitos da Diretiva deverão ser transpostos para a legislação nacional até 17 de junho de 2016. Esta transposição pode fazer-se emendando legislação nacional já existente ou criando nova legislação.

Os requisitos previstos no Regulamento são de aplicação direta e vinculativa em todos os Estados-Membros não necessitando, por isso, de serem transpostos para a legislação nacional. Porém, dado que alguns dos requisitos preveem opções que podem ser utilizadas pelos Estados-Membros, poderá ter que existir nova legislação nacional para os casos em que o Estado-Membro decida exercer uma opção. Assim, tecnicamente, o Regulamento produz efeitos a partir de 17 de junho de 2014 mas devido ao facto de remeter para a diretiva, a maior parte das disposições do Regulamento apenas são obrigatórias a partir de 17 de junho de 2016.

### 2. Quais são as principais alterações da Diretiva?

As principais emendas relacionam-se com o seguinte:

- Algumas definições (designadamente na definição de EIP que foi alargada);
- Requisitos sobre a independência e objetividade do auditor e sobre a organização geral do trabalho de auditoria;
- Controlo de qualidade;
- Novas especificações sobre sanções e penalidades;
- Novo mecanismo para a adoção das Normas Internacionais de Auditoria (ISA);
- Novo conteúdo geral do relatório público de auditoria, e relatório suplementar interno para os comités de auditoria no caso das EIP.

### 3. Quais são as principais disposições do Regulamento?

Algumas das disposições previstas no Regulamento (aplicáveis só a EIP) incluem:

- Restrições na prestação de serviços que não sejam auditoria, e introdução de uma lista proibida de serviços;
- Novos requisitos relativos à rotação obrigatória do ROC/SROC;
- Conteúdo detalhado do relatório público de auditoria e do relatório suplementar interno para os comités de auditoria;



- Supervisão dos auditores a nível da União Europeia e estabelecimento de novo organismo europeu de entidades supervisoras (*CEAOB – Committee of European Audit Oversight Bodies*).

## **Nomeação do auditor**

### **4. O que está proposto no Regulamento em relação à rotação obrigatória do ROC/SROC?**

A regra geral prevista no artigo 17 é de que as EIP devem mudar de ROC/SROC após um período máximo de 10 anos. Os Estados-Membros podem optar por períodos mais curtos, ou mais longos como a seguir se indica.

Os Estados-Membros podem estender o mandato do ROC/SROC por um período superior a 10 anos nas circunstâncias seguintes:

- Por mais 10 anos (total de 20 anos), se a entidade fizer consulta pública na data de expiração do primeiro prazo de 10 anos;
- Por um período total de 24 anos, se a auditoria for feita por mais de um ROC (*joint audit*) e houver um relatório conjunto, e eles tiverem sido nomeados simultaneamente no final do primeiro período máximo.

### **5. Existem disposições transitórias sobre a rotação obrigatória do ROC/SROC?**

As disposições transitórias variam em função do período do mandato já decorrido na data em que o Regulamento entrar em vigor:

- Se o ROC/SROC estiver em funções há 20 anos ou mais, a primeira rotação terá lugar dentro de 6 anos, isto é, deve ser nomeado outro ROC/SROC a partir de 17 de junho de 2020;
- Se o ROC/SROC estiver em funções entre 11 e 19 anos, a primeira rotação terá lugar dentro de 9 anos, isto é, deve ser nomeado outro ROC/SROC a partir de 17 de junho de 2023;
- Em todos os outros casos, o novo regime deve aplicar-se 2 anos após implementação da legislação, isto é, deve aplicar-se a partir de 17 de junho de 2016, ocorrendo a primeira rotação 10 anos depois (17 de junho de 2026).

### **6. As disposições sobre rotação de ROC/SROC do Regulamento, substituem as disposições sobre rotação do sócio da Diretiva?**

Não. Para além da rotação do ROC/SROC, também haverá rotação do sócio principal cada 7 anos e um período de inibição nos 3 anos subsequentes.

### **7. Se um Grupo tiver várias EIP em diferentes Estados-Membros com diferentes períodos máximos de rotação, como se aplica a disposição do regulamento?**

Como referido acima, os Estados-Membros podem optar por períodos máximos de mandato mais curtos ou mais longos do que a regra geral de 10 anos. O Regulamento não especifica quais os requisitos aplicáveis no caso de Grupos com várias EIP. Assim, cada uma das entidades deve cumprir os requisitos de rotação aplicáveis em cada Estado-Membro onde se encontre.



## Prestação de serviços

### 8. Que outros serviços que não sejam auditoria podem ser prestados a uma EIP?

Sujeito aos princípios gerais de independência, podem ser prestados outros serviços que não sejam serviços de auditoria desde que não explicitamente proibidos. Os serviços proibidos são:

- Consultoria fiscal relativa a:
  - (a) Preparação de declarações fiscais;
  - (b) Impostos sobre salários;
  - (c) Taxas alfandegárias;
  - (d) Identificação de subsídios públicos e incentivos fiscais, a menos que tais serviços sejam exigidos por lei ao auditor;
  - (e) Assistência a inspeções das autoridades tributárias, a menos que tal assistência seja exigida por lei ao auditor
  - (f) Cálculo de impostos diretos e indiretos e impostos diferidos;
  - (g) Aconselhamento fiscal.
- Serviços que envolvam qualquer participação na gestão ou na tomada de decisões da entidade auditada;
- Serviços de contabilidade e preparação de demonstrações financeiras;
- Processamento de salários;
- Conceção e implementação de procedimentos de controlo interno e de gestão de riscos relativos à preparação e/ou controlo de informação financeira, ou conceção e implementação de sistemas tecnológicos de informação financeira;
- Serviços de avaliação, incluindo avaliações atuariais ou serviços de apoio a litígios;
- Serviços legais relativos a:
  - (a) Prestação de aconselhamento geral;
  - (b) Negociações a favor da entidade auditada; e
  - (c) Funções de representação para resolução de litígios.
- Serviços relacionados com a função de auditoria interna da entidade auditada;
- Serviços associados ao financiamento, estrutura e imputação do capital e à estratégia de investimento da entidade auditada, exceto a prestação de serviços de garantia de fiabilidade respeitantes às demonstrações financeiras, tais como a emissão de "cartas de conforto" relativas a prospetros emitidos por ela;
- Promoção, negociação ou tomada firme de ações na entidade auditada;



- Serviços de recursos humanos respeitantes a:
  - (a) Pessoas da gestão suscetíveis de exercer influência significativa sobre a preparação dos registos contabilísticos ou das demonstrações financeiras objeto de auditoria, quando esses serviços envolverem:
    - (i) A seleção ou procura de candidatos para esses cargos; ou
    - (ii) A realização de confirmações das referências dos candidatos para esses cargos;
  - (b) Estruturação da conceção da organização; e
  - (c) Controlo dos custos.

Os Estados-Membros podem, por um lado, proibir outros serviços para além dos referidos acima e, por outro, permitir alguns serviços de consultoria fiscal e serviços de avaliação sujeito a determinadas condições.

A prestação dos serviços permitidos está, de qualquer forma, sujeita a aprovação pelo comité de auditoria depois de uma avaliação de eventuais ameaças à independência e das salvaguardas aplicadas para reduzir ou eliminar tais ameaças.

## **Relato da auditoria**

### **9. Quais são os novos requisitos de relato público dos ROC/SROC?**

Para além dos elementos do relatório padrão em vigor, que se mantêm, as principais novas informações que devem constar do relatório de auditoria, incluem:

- Como suporte da opinião, uma descrição dos riscos avaliados de distorção material mais significativos, incluindo riscos avaliados de distorção relativos a fraude, um resumo das respostas do auditor aos riscos avaliados e, quando relevante, observações principais resultantes a respeito desses riscos;
- Uma declaração de que não foram prestados serviços proibidos à entidade e que o ROC/SROC é independente da entidade;
- Uma lista dos serviços distintos de auditoria que foram prestados à entidade (e entidades controladas) e que não estejam já divulgados noutros documentos de prestação de contas;
- Uma indicação do órgão que fez a nomeação do ROC/SROC, data da nomeação e período do mandato e suas renovações;
- Uma opinião e uma declaração, ambas baseadas no trabalho efetuado, sobre se existe alguma incerteza material relativa a acontecimentos e condições que possam colocar em dúvida a capacidade da entidade em se manter em continuidade<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Este requisito é também aplicável a auditorias que não sejam de EIP.